

PAULO RENATO DA SILVA, MARIO AYALA  
FABRICIO PEREIRA DA SILVA , FERNANDO JOSÉ MARTINS  
(COMPILADORES)

# **LUTAS, EXPERIÊNCIAS E DEBATES NA AMÉRICA LATINA**

**Anais das IV Jornadas Internacionais de Proble-  
mas Latino-Americanos**

**Foz do Iguaçu**  
**Imago Mundi / PPG - IELA UNILA**  
**2015**

## **Estado, polícia e sociedade: uma análise das ações do batalhão de operações especiais (BOPE) no Amapá**

Ana Caroline Bonfim Pereira; (Universidade Federal do Amapá; e-mail: ana.caroline\_ap@hotmail.com)<sup>8</sup>

Orientador: Dr. Ed Carlos de Sousa Guimarães; (Universidade Federal do Amapá; E-mail: edcarlos@unifap.br)

**Resumo:** O artigo tem o objetivo de analisar a percepção das pessoas sobre as ações do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), especialmente dos moradores da baixada do Ambrósio, a partir de então, analisar o grau e a medida de aceitação e reprovação dessas ações. Problematizando qual limite do uso da força e violência policial. As análises decorrem das abordagens de entrevistas com questões semiestruturadas com os moradores da baixada do Ambrósio localizada no Município de Santana (AMAPÁ).

**Palavras-chave:** BOPE, violência policial, Baixada do Ambrósio.

**Abstract:** The article aims to analyze the perception of people about the actions of the Special Operations Battalion (BOPE), especially the residents of the downloaded from Ambrose, from then analyze the degree and extent of acceptance and rejection of these actions. Discussing which limit the use of force and police violence. The analyzes derive from interviews with semi-structured approaches to issues with residents of the downloaded from Ambrose in the municipality of Santana (Amapa).

**Keywords:** BOPE, police violence, Ambrose Baixada

Este artigo é resultado de uma pesquisa, ainda em curso, que tem o objetivo de analisar como os moradores da área da Baixada do Ambrósio percebem as ações empreendidas pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE), no ano de 2014. Pretende compreender como funcionam os mecanismos que legitimam o uso da força repressora pelo Estado, bem como analisar o grau e a medida de aceitação, aprovação e reprovação dessas ações por parte da população.

A escolha da Baixada do Ambrósio deu-se por ser uma região com atuações do BOPE, que tiveram grande repercussão na sociedade amapaense, a área é apontada como uma zona sensí-

---

<sup>8</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, bolsista do PET - Programa de Educação Tutorial, integrante do GEPVIC (Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Violências e Criminalizações).

vel, pois sobre a mesma foram registrados altos índices de criminalidade nos anos de 2011 a 2013, de acordo com os dados do Centro Integrado de Operações de Defesa Social – CIODES da Polícia Militar do Amapá. Nessa área foram empreendidas grandes operações policiais (“Sophia 2”, “Berinjela”, “Apocalipse” e “saturação”); sendo a última, de preparação para a implantação da Unidade de Policiamento comunitário (UPC); e outras atuações recorrentes de apreensão de grandes quantidades de drogas e prisão de criminosos.

A Baixada do Ambrósio é uma área localizada na área portuária do município de Santana-AP, sendo densamente povoada por parcela da população socioeconomicamente vulnerável da região. Ocupando uma imensa área de várzea, também conhecida como área de ressaca ou área de ponte, esses espaços alagadiços são impróprios para a moradia humana, mas são ocupados por famílias inteiras que impedidas de terem acesso à moradia, direcionam-se para as mesmas.

As casas construídas são do tipo palafita, que se aglomeram umas sobre as outras, são dispostas de forma aparentemente aleatória, “divididas entre residências, estabelecimentos comerciais, igrejas e estabelecimentos híbridos (casa/comércio, geralmente batedoras de açai), são geralmente feitas de madeira. Possuindo como única via de acesso pontes de madeiras”. (ANDRADE, 2014,p.8)

As análises que decorrem das abordagens de entrevistas são o principal eixo de pesquisa que nortearão a compreensão sobre como o BOPE é visto pelos moradores da Baixada do Ambrósio, sob a ótica das Ciências Sociais. A metodologia aplicada foi de entrevistas com questões semi estruturadas, direcionadas especificamente sobre a maneira com a qual aqueles moradores representam e significam a presença do BOPE na Baixada do Ambrósio.

### **Reservado aos “Heróis”**

O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) foi criado em 1978, após ganhar força a ideia de que a polícia militar necessitava de um grupo especial para atuar em situações de crise. Entre as suas missões estão o combate ao crime organizado, captura de delinquentes fortemente armados, o resgate de reféns e a contenção de rebeliões, entre outras operações de alto risco. Para tanto, os

policiais recebem uma formação diferenciada, voltada para operações de “guerra” urbana, que inclui um processo severo de seleção e treinamento<sup>9</sup>.

De acordo com histórico disponibilizado pelo BOPE/AP, o Batalhão surgiu de uma necessidade e observância do Comando da Polícia Militar do Estado do Amapá, principalmente ao ver que em outros estados já se utilizavam de tropa especializada para ações mais complexas. Então no ano de 2002, iniciaram os trabalhos para a criação e efetivação do BOPE/AP.

Desta maneira, o BOPE/AP foi ativado na Polícia Militar do Estado do Amapá através do Decreto nº 6797 de 06 de dezembro de 2002, pela governadora, na época, Maria Dalva de Souza Figueiredo, sob comando do Coronel Aires, o qual nomeou em janeiro de 2003, o então Major Marcos Vasconcelos da Cruz como o primeiro comandante.

Hoje, o Batalhão possui Quatro companhias: ROTAM (rondas táticas motorizadas), Companhia de choque (controle de distúrbios civis, controle de tumultos e repressão a rebeliões ou motins em presídios), COE (companhia de operações especiais e GIRO ( grupo de intervenção rápida ostensiva, policiamento com motos). O BOPE é responsável também pelo canil da Polícia Militar do Amapá- PMAP, que está subordinado a companhia de choque.

O 5º BOPE/AP dentre outras atribuições, é responsável pelo policiamento tático motorizado em todo o estado, o patrulhamento em áreas de risco, cobertura de eventos de grande envergadura, controle de distúrbios, intervenção em estabelecimentos prisionais, gerenciamento de crises com refém e outras missões que necessitem da ação de uma tropa especializada. O BOPE é considerado a tropa de pronto emprego do Estado, e está subordinado diretamente ao Comandante Geral da PMAP e ao Governador do Estado, e só atua em sua totalidade, sob ordem dos mesmos<sup>10</sup>.

Para situações em que se exige uma abordagem diferenciada, um treinamento tático mais complexo o BOPE é acionado. Fato notório que algumas vezes os “criminosos” são alvejados e mortos pelos policiais, o que rende uma fama ao BOPE de polícia que está “autorizada” a matar. As consequências dessas ações são o que geram a popularidade desses policiais, que são tratados

---

<sup>9</sup> [www.policiamilitar.rj.gov.br/bope] Acesso em 27 /09 /2013

<sup>10</sup> Documento disponibilizado na primeira parte da pesquisa empírica, em visita ao 5º Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Amapá BPM-BOPE.

como verdadeiros “heróis”, que livram a sociedade de pessoas más. O BOPE é considerado uma tropa de elite que se distingue dos demais integrantes da corporação policial militar e da polícia civil em razão de sua alta qualificação técnica.

### **Legalidade e Legitimidade do uso da força**

A leitura especializada em segurança pública e violência policial tem demonstrado com inúmeros trabalhos que não é de hoje que a polícia tem papel relevante na manutenção da ordem na sociedade. Caldeira evidencia que apesar das mudanças democráticas as forças armadas continuam tendo sua imagem associada a arbitrariedades, a violência e incompetência na prevenção e solução da maioria dos crimes. (CALDEIRA, 2000, p.181)

Os policiais do BOPE são conhecidos pelo uso da força letal. Costa (2004) esclarece que a força letal, ou permissão para matar, deve ser usada apenas em casos extremos, quando a vida do policial ou a de outro cidadão estiver em perigo. Fora dessas situações o uso desnecessário e injustificado da força letal constitui uma forma de violência policial.

Em muitos países, a polícia é acusada de uso excessivo da força enquanto realiza operações policiais em que suspeita haver atividades ilícitas ou quando está em busca de pessoas ou material suspeito. Quando a violência é dirigida contra suspeitos, toma forma de detenções violentas ou abuso da força letal, mas quando é dirigida contra determinadas populações, normalmente grupos sociais vistos como perigosos, constitui uma forma especial de violência policial (COSTA, 2004, p.16).

Os principais alvos dessa violência são os seguimentos excluídos, em sua maioria pessoas negras, pobres, moradores de áreas deterioradas, os trabalhadores rurais e as minorias discriminadas. Segundo Costa os moradores de áreas mais pobres, dotados de escassos serviços urbanos, são as maiores vítimas de homicídios.

Para Cardoso (2012), não há como desconsiderar que os agentes trabalham cotidianamente classificando lugares e pessoas a partir de uma formação que lhes ensina a olhar para situações e avaliar os riscos a partir de parâmetros arraigados na instituição. Em outras palavras, existem pessoas mais suspeitas que outras.

Entretanto, também não se verifica um esforço ordenado no Estado e dos governos para coibir essas práticas violentas. Os agentes responsáveis por tais praticam em geral não são responsabilizados administrativamente, e tampouco são punidos pela justiça. Nesse caso a regra é a impunidade. (COSTA, 2004, p.18)

O uso da força é uma marca das instituições policiais, mas a possibilidade do uso da força não confere total liberdade para decidirem quando devem ou não utilizar desse mecanismo, assunto relevante da teoria democrática, pois diz respeito aos limites ao exercício do poder. Na América Latina, o uso desproporcional da força pelas forças policiais é prática recorrente e estão normalmente relacionadas à utilização do poder letal.

Costa (2004) explica que o uso da força seria o principal instrumento da ação policial, no entanto há distinção entre violência policial e uso da força legítima, problematiza: qual a linha demarcatória, até que ponto é legítima, ou admissível, o uso da força? Expõe que o limite entre o uso da força legítima e violência varia em função da forma como cada sociedade interpreta noção de violência.

Portanto não há um consenso sobre o limite do uso da força. Segundo Paulo de Mesquita (1999, apud COSTA, 2004, p.51) revela que existem três interpretações principais sobre o tema, uma jurídica, uma sociológica e outra profissional, sobre a interpretação sociológica, há uma tendência em distinguir força e violência a partir da noção de legitimidade, com base na percepção determinados grupos sociais acerca da constituição e do exercício da autoridade, por isso o uso da força pode ser considerado ilegítimo.

A legitimidade com relação ao exercício da autoridade estatal não é dada, mas sim construída a partir de um conjunto de valores e crenças, bem como é função de uma estrutura social e política. Isso possibilita que a violência policial contra grupos socialmente desprivilegiados seja admitida. (COSTA, 2004, p.52)

Na América Latina existe uma persistência da violência policial e os governos democráticos tem demonstrado dificuldade em submeter o aparato policial a um maior controle. O Estado brasileiro falha, pois não tem obtido sucesso em atribuir restrições ao uso legítimo da violência. O fim dos regimes autoritários e a desvinculação formal entre polícias e forças armadas levariam a construção de uma polícia cidadã, mas ao contrário as polícias continuam violando os direitos humanos.

A violência e o abuso de autoridade cometidos por policiais contra cidadãos comuns refletem uma séria deficiência dos regimes políticos implantados na América Latina. Tais práticas traduzem o desrespeito por parte do Estado a alguns direitos mais elementares presentes na ideia de cidadania, que são os direitos civis. (COSTA, 2004, p.26).

Essas violações dos direitos civis expressam a precariedade do Estado de direito, no qual este estado pressupõe que os agentes estatais agirão de acordo com a legislação e todos receberam tratamento igual perante a lei, uma das maiores deficiências do estado de direito é a aplicação desigual da lei e os excessos cometidos pelos agentes estatais.

Sem dúvida, a história social brasileira é uma história de violência e autoritarismo, em que o déficit de Estado, principalmente entre os segmentos mais pobres da população, é uma constante. Entretanto, de tempos em tempos, novas formas de violência são incorporadas ao repertório de comportamentos sociais. Nesse sentido, novas e antigas formas de violência passam a compor o cotidiano da sociedade. (COSTA, 2004, p.125)

Analisar a forma como as polícias se relacionam com a sociedade, enfatizando os grupos sociais que são alvos mais frequentes das polícias e aos principais mecanismos utilizados para realizar essa discriminação social.

A violência policial tradicionalmente fez parte do repertório de ações estatais para controlar as classes subordinadas. Em vez de buscar o apoio e a confiança das comunidades excluídas, as polícias contentaram-se com intervenções pontuais e concentraram seus esforços no patrulhamento das fronteiras que dividem os diversos segmentos sociais. (Costa, 2004, p. 142).

As fronteiras entre o legal e o ilegal são instáveis; e como os abusos policiais são cometidos, na maioria das vezes, impunemente, não só a polícia é temida como também o sistema judiciário é deslegitimado e percebido como recurso não confiável na solução de conflitos. Dessa forma, a combinação de polícia violenta com sistema de justiça deslegitimado é fatal para o controle da violência civil em qualquer situação, mesmo numa democracia ela na verdade ajuda na proliferação da violência, ameaçando as instituições democráticas. (CALDEIRA, 2000, p.155).

O acatamento da autoridade almejado pelo Estado e seus agentes diz respeito ao grau de legitimidade de que esta autoridade política desfruta junto à sociedade. Nesse ponto, a relação

entre a lei e a ordem não se mostra contraditória. Quanto mais legítima for percebida a forma como as polícias realizam suas tarefas, mais fácil será sua aceitação da sua autoridade e, portanto, menor a necessidade de recurso à violência. (COSTA, 2004, p.37).

Esse apoio ou tolerância da sociedade civil com relação à violência policial é um dos principais obstáculos à reforma das polícias. Tal apoio materializa-se de diversas formas. Alguns políticos, notórios defensores da violência policial, tem constantemente recebido apoio eleitoral. (COSTA, 2004, p.128)

A sociedade civil sente-se cada vez mais ameaçada e em boa medida apoia e tolera as práticas policiais violentas. Propostas de endurecimento no “combate à criminalidade” tem frequentemente encontrado respaldo em parte significativa da opinião pública e do eleitorado. (COSTA, 2004, p.142) O fracasso da sociedade em contestar os abusos dos direitos humanos é dá suporte a esse tipo de conduta. (HUGGINS *et al*, 2006, p.478) A não- intervenção da sociedade civil contra a forma de atuação da polícia, dá sustentação ao que cometem abusos e preservam os abusos que comentem.

## **Polícia e Sociedade**

A Baixada do Ambrósio localiza-se no município de Santana, tem sua criação ligada a instalação da empresa mineralógica Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), neste período iniciou-se a construção da ferrovia Santana/Serra do Navio no Estado do Amapá, a construção da ferrovia objetivava transportar os operários e o carregamento de minério. Conseqüentemente Santana teve um grande crescimento populacional.

Com objetivo de conseguir empregos e bons salários, muitas pessoas, como populações ribeirinhos e diversos migrantes principalmente do Estado do Pará e do Nordeste deslocaram-se para Santana-AP, e isso gerou o aumento desordenado da cidade, gerando bolsões de miséria, viajantes, ribeirinhos alojaram-se em pequenos barracos, palafitas, formando, assim, o que mais tarde seria a Baixada do Ambrósio. E junto com o “desenvolvimento” do município de Santana, houve o crescimento do comércio informal e ilícito, casas de prostituição, drogas entre outros. O projeto da empresa mineralógica Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) trouxe variados problemas sociais para região.

O grau de aprovação do BOPE na Baixada do Ambrósio deve-se principalmente pela ineficiência de policiais que não pertencem ao BOPE, pois para esses moradores, o Batalhão de Operações Especiais está acima da Polícia Militar. Portanto neste artigo ao referir-se aos policiais militares, refere-se aos policiais que não pertencem ao BOPE. Como se constata na fala de um dos moradores:

“A polícia não resolve nada e não pega nada, porque aqui tem muita ponte e a polícia não da conta. O BOPE vem com tudo, só que eles vem só por um caminho, e quando eles estão em uma entrada da baixada, os informantes ligam e os bandidos fogem, eu queria que muito falar com essas pessoas de autoridades (BOPE) pra eles trazerem aquelas duas cachorras, que eles iam encontrar muita coisa na baixada” (Entrevistado 1).

Assim, para os moradores da baixada o BOPE representa uma esperança de que esses policiais são os únicos que podem resolver o “problema da violência” e a sensação de insegurança naquela região, sensação essa que é diferente de medo, pois muitos moradores declaram não ter medo de morar na Baixada: “O BOPE é o BOPE, e os bandidos respeitam, já vem com aquele impacto, aquelas armas, correndo, ai já sabe que vai ter onda”. (Entrevistado 2).

A forma como o BOPE age nessa área é vista como um espetáculo. A entrada do BOPE é sempre triunfal, com um grande armamento, um cenário de guerra, do Estado contra o tráfico de drogas. O que rende a fama aos policiais de “heróis” que lutam contra a criminalidade. Dessa forma um entrevistado manifesta-se: “O BOPE ajuda muito, eles são heróis, mas eles não pegam ninguém, ainda vão na casa errada, porque tem que pegar quem vendem e não só aqueles que usam” (Entrevistado 3).

No final do ano de 2012, o estado adotou uma nova política de segurança pública na área com a implantação da Unidade de Policiamento Comunitário (UPC). O policiamento comunitário surgiu na década de 1980, com a ideia de estabelecer uma policia cidadã, uma policia que tenha respeito aos direitos humanos e o atendimento às reais necessidades da comunidade. Não obstante, os moradores já começaram a criticar a atuação da PM/AP: “A polícia só vinha no início da UPC, no primeiro mês, agora nem vem mais, só entram aqui quando a briga termina, levam muitas vezes só a pessoa morta”. (Entrevistado 2).

Dessa maneira, os moradores reclamam do descaso da Unidade de policiamento comunitário que foi implantada para atender aquela região, dizem que antes as rondas eram feitas cons-

tantemente, no primeiro mês de funcionamento, melhorou a vidas dos moradores, os assaltos diminuíram, a polícia age com descaso, pois não atende as demandas da comunidade quando é acionada, quando atendem, deslocam-se depois de horas. Revela uma moradora angustiada com sua situação:

Eu tô sendo ameaçada, não posso chamar a polícia porque eles não fazem nada, tem medo de entrar aqui, e quando a gente chama eles ainda demoram mais de 30 minutos, só vem pra tirar os corpos, me sinto desrespeitada, e às vezes a gente liga eles dizem: deixa eles se matar. Já o BOPE eles possuem uma fama, entram pra agir, eu gosto porque eles fazem acontecer(Entrevistada 5).

Portanto, o BOPE ganha evidência aos olhos dos moradores devido a falta de atendimento da UPC, tornando-se assim necessários a sua atuação para atender as demandas daqueles moradores. Segundo eles, tranquilidade só é possível com as incursões do BOPE, pois os criminosos não atuam com a mesma frequência nos dias que acontecem e sucedem às operações.

Para alguns moradores houve descaso e desrespeito aos direitos fundamentais dos moradores, quando o BOPE entra na Baixada com todo aquele armamento, e usando da violência para conseguir seus objetivos. Sobre falta de segurança dos residente da Baixada, um habitador fala sobre o seu desconforto:

“Eu to acostumado, só me sinto desconfortável por morar onde não tem segurança, a polícia tem mais medo de nós do que nós dela, quando o BOPE vem aqui são em casos extremos, como quando o detento foge do presídio, por exemplo, só que o BOPE pode resolver, usam da autoridade, quando eles entram todo mundo corre pras suas casa, eu fico com receio, com medo de bala perdida. Todas as policias, o BOPE generaliza, acha que todo mundo é igual, não dividi quem é honesto, trabalhador e quem não é, a violência com os bandidos, traficantes é normal, depois que nós não vemos mais eu já não sei, o que é ruim porque as outras pessoas honestas podem sair feridas daqui quando isso acontece”. (Entrevistado 6).

Para Cardoso (2012, p.116) a simples criação de uma unidade especial não é capaz de implementar modificações estruturais nas instituições policiais. A abordagem policial, quando no trato com

esta parcela da população, representa um desafio à aspiração constitucional de garantia universal e equânime dos direitos sociais e civis.

Outro aspecto registrado é a influencia da mídia na criação de estereótipos sobre os residentes daquela área. Como demonstra um morador que sofre com os estigmas de ser morador da Baixada do Ambrósio: “A mídia exagera sobre a baixada do Ambrósio, as vezes é verdade o que passa no jornal, mas nem sempre foi aquilo que exatamente aconteceu, ai eu sofro com o preconceito na escola, e em vários lugares, quando que falo que sou desse bairro, levo na brincadeira”(Entrevistado 6)

É necessário também levar em conta que a mídia também contribui para a construção desses lugares e pessoas estereotipadas, segundo Michaud (*apud* BONAMIGO & FAVARETTO, 2011), a mídia produz realidades e a relação que as pessoas estabelecem com o mundo passa pelas imagens, que podem ser engendradas e distorcidas, gerando a insegurança nas pessoas mesmo sem elas terem sido vítimas de práticas violentas”, o que Bauman (2008) chama de medo derivado. É o que se vê na fala ressentida de uma moradora.

“O que eu não gosto, é que pra eles todo mundo na baixada do Ambrósio é bandido, traficante ou prostituta, parece que aqui não tem gente de bem, não respeitam, não gosto da violência do BOPE, porque de certa forma todo mundo tá sujeito aqui, eles batem e até matam como se fosse normal, as pessoas têm medo de serem acertadas pelas balas”. (Entrevistada 7).

Em diversas falas os moradores da Baixada do Ambrósio exprimem as dificuldades de morar naquela região, principalmente porque querem ser respeitados pela polícia, afirmando que a visão existente na sociedade é que todos que residem na Baixada são bandidos ou envolvidos, sendo que muitos trabalham, o trabalho é a referencia na Baixada para “pessoas de bem” percebe-se demanda por reconhecimento.

O “respeito” de que tanto falam não corresponde ao respeito à norma, é sim o respeito à pessoa. Pessoa que, segundo eles, dependendo das suas escolhas, merece ter sua dignidade reconhecida por meio de tratamento adequado. Trata-se de uma concepção derivada da expectativa pelo reconhecimento daquilo que Cardoso de Oliveira (2011) chamou de “substância moral das pessoas

dignas”. É isto que demandam e, cada vez mais recorrentemente, explicitam em palavras e atos. Dentro deste universo simbólico, o direito de ser tratado com respeito sinaliza o reconhecimento da condição moral da pessoa. (CARDOSO,2012, p.113)

## **Conclusão**

Para a maioria dos moradores da Baixada do Ambrósio entrevistados, as ações do BOPE não são violentas quando empreendidas contra os criminosos, tais atuações possuem o apoio dos moradores, os quais esperam que os agentes do BOPE “livrem” a sociedade dos bandidos, portanto as ações que resultam em mortes de criminosos são vistos como normais, pois é isso que se espera deles, um resultado rápido, o extermínio do inimigo.

RUDNICKI (In Santos, 2011, p.207) alega que a polícia precisa torna-se um órgão de todos, precisa superar a perspectiva de ser instrumento de conservação do *status quo*. O tempo mudou, mas a polícia brasileira preserva a perspectiva de que sua atuação é na área criminal, de “combate” à criminalidade.

A mídia por sua vez destaca as ações do BOPE enfatizando que tais ações visam eliminar os criminosos da sociedade, de certa forma ajudando a difundir na opinião pública que as ações do BOPE e o até mesmo o uso letal da força são justificáveis em razão do “bem” que os mesmos estão fazendo à sociedade.

Para os moradores da Baixada conviver com os vários tipos de crime se tornou algo rotineiro, portanto, faz parte do dia a dia dos mesmos, não sentem medo, nem mesmo comoção diante dos vários crimes de homicídio, latrocínio, assaltos recorrentes e confrontos de gangues que resultam em mortes. Portanto para esses moradores os episódios acima são banais, apenas sentem insegurança por estarem sujeitos aos efeitos colaterais desses crimes. Para eles o BOPE torna-se necessário, segundo os moradores, para coibir práticas de crime.

Pela observação, *in loco*, percebe-se que a “maioria” dos moradores da Baixada sofre vários tipos de violências, pois não tem assistência e infraestrutura do Estado, não possuem saneamento, educação, saúde, sofrem uma segunda violência do Estado decorrente das ações policiais, além de serem vítimas também do estigma e do preconceito da pobreza e criminalidade que lhe são atribuídos pelo conjunto da sociedade sobre os mesmos, e por fim são vítimas da violência dos criminosos da Baixada.

Além dessas múltiplas violências, pode-se inferir que o Estado também comete outro tipo de violência, quando os agentes públicos de segurança agem com descaso e desídia, eliminando o respeito os direitos humanos, que encontra-se como um sério obstáculo à segurança pública do cidadão comum. Dessa forma desrespeitando os direitos básicos dos moradores, corroborando assim para que os mesmo fiquem sujeitos a crescente violência e criminalidade.

## Referências

- ANDRADE, Arthur Anthunes Leite de. Representação da criminalidade urbana: medo e insegurança social no bairro da Baixada do Ambrósio/AP” Relatório final de pesquisa realizada no GEPVIC (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Violências e Criminalizações). Programa de iniciação científica voluntária - PROVIC. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise dos conflitos. *Revista de Antropologia (USP. Impresso)*, v.53. São Paulo, 2011.
- CARDOSO, Marcus. A Linguagem Dos Direitos E O Simbólico Nas Reclamações Dos Moradores De Favelas”, *Confluências*, Vol. 14, N. 2. Niterói: Ppgsd-Uff, Dezembro, 2012.
- HUGGINS. Martha k, *et al.* Operários da violência: policias torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- COSTA, A. Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- FAVARETTO, Marcia Regina. BONAMIGO, Irme Salete. **A mídia de Chapecó e o consumo de equipamento de segurança**. Disponível em: <http://www.unochapeco.edu.br/static/files/trabalhosanais/Pesquisa/Gest%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Marcia%20Regina%20Favaretto.pdf>. Acesso em 01/10/2013.

- FILHO, Edilson; CONTENTE, Paulo; FERREIRA, Tatiane. **Aspectos sócio-ambientais no bairro Área Portuária do Município de Santana-Ap.** UNIFAP [Trabalho de Conclusão de Curso], Macapá, 2009.
- RUDNICKI apud SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org) et al. *Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais.* Porto Alegre: Sulina Editora UFRGS, 2011.